



EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2012

O Pregoeiro Oficial do Ministério Público, designado pela Portaria N.º 1.778/2011, do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Doutor Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, torna público que no **dia 10 de outubro de 2012, às 09:00hs**, na Sala de Licitações, localizada no Anexo Administrativo do Ministério Público, situado na Rua Rodrigues de Aquino, S/N, Centro, João Pessoa/PB., será realizada licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo menor preço, para os Lotes Ofertados, observadas às disposições contidas na **Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 6.204/2007, Decreto Estadual nº 24.649/2003, de 03/12/2003, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei 8.666, de 21/06/93**, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

Telefones para contato: (83) 2107-6073 – 6064

1. DO OBJETO

Seleção de pessoa(s) jurídica(s) do ramo pertinente para aquisição de equipamentos áudio-visuais, para João Pessoa, Promotoria de Justiça de Esperança, Jacaraú e Mamanguape, devendo os destinados a Promotoria de Mamanguape serem devidamente instalados, para atender às necessidades do Ministério Público da Paraíba, conforme quantitativo e especificações constantes do Anexo V deste Edital.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências deste Edital e seus anexos.

2.2. **DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, se for o caso.** Para usufruir do tratamento estabelecido pelo Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006), as licitantes **DEVERÃO** comprovar que estão registradas, na Junta Comercial do Estado de origem, como enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, por **meio de declaração** (conforme modelo do Anexo III), declarando, sob as penas da lei, que estão enquadradas com ME ou EPP na Junta Comercial e que atendem aos requisitos do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006, além de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, estando aptas a usufruírem do tratamento favorecido e que não se incluem em nenhuma das situações do § 4º do artigo 3º do mesmo diploma



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ N° 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2012**

legal, **OU AINDA PODERÃO** apresentar cópia da Certidão Simplificada do seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte junto a Junta Comercial do Estado da licitante proponente, **DATADA DE 2012.**

2.2.1. A DECLARAÇÃO deverá ser assinada pelo **sócio administrador (identificado no instrumento contratual) ou pelo titular**, no caso de firma individual, **sendo admitida declaração emitida por preposto ou procurador, DESDE QUE POSSUA PODERES EXPRESSOS NA CARTA DE PREPOSIÇÃO OU NA PROCURAÇÃO PARA FIRMAR DECLARAÇÃO OU CONTRATO, com a apresentação do respectivo documento procuratório ou carta, observando-se as exigências do subitem 4.5 deste edital.**

2.2.2. O DOCUMENTO (DECLARAÇÃO) DE QUE TRATA O ITEM 2.2 DEVERÁ SER APRESENTADO JUNTO COM O CREDENCIAMENTO OU, FACULTATIVAMENTE, JUNTO COM A PROPOSTA.

2.2.3. Os licitantes deverão observar as situações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, que são causas excludentes do regime diferenciado e de favorecimento das ME e EPP que se enquadrem em uma das hipóteses do citado parágrafo.

2.2.3.1 Ficam os administradores ou titulares das licitantes e seus procuradores ou prepostos advertidos de que constitui crime fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, punido com pena de detenção, de 02 (dois) a 04 (quatro) anos, e multa, sem prejuízo das demais punições previstas.

2.3. Não será admitida, nesta licitação, a participação de:

2.3.1. Empresas que **NÃO** atendam às condições deste Edital;

2.3.2. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, ou tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com a Procuradoria Geral de Justiça;

2.3.3. Empresas reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si ou possua sócio comum nas empresas que apresentarem propostas para o presente certame, que, no caso, será admitida a que apresentar a proposta escrita de menor valor entre elas;



2.3.4. Pessoas jurídicas das quais participem, como sócio, gerente e diretores os membros ou servidores do Ministério Público, e ainda, cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau, devendo ser apresentada DECLARAÇÃO, conforme o Anexo IV, no ato do CREDENCIAMENTO para participação no presente certame.

3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste pregão, devendo protocolizar o pedido no Setor de Protocolo, deste órgão, situado na Rua Rodrigues de Aquino, s/n, Centro, João Pessoa/PB, andar térreo, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.1.1 Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que antecede à data de realização da sessão pública do pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

3.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. O interessado ou seu procurador deverá se apresentar ao Pregoeiro, para proceder ao respectivo credenciamento, munido dos documentos que o credenciem a participar deste procedimento licitatório, **INCLUSIVE COM PODERES PARA FORMULAÇÃO DE OFERTAS E LANCES VERBAIS.**

4.2. Cada licitante credenciará apenas um representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, por todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

4.3. A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará sua imediata exclusão em participar dos atos seguintes, salvo autorização expressa do Pregoeiro, mantida a proposta escrita, desde que aceita.

4.4. PARA O CREDENCIAMENTO, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

4.4.1. Tratando-se de representante legal: o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência



de tal investidura (cópias autenticadas ou apresentar os originais para conferência).

4.4.2. Tratando-se de procurador: a **PROCURAÇÃO por instrumento público deverá CONSTAR PODERES ESPECÍFICOS PARA FORMULAR LANCES**, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga (cópias autenticadas ou apresentar os originais para conferência).

4.4.3. Tanto o representante legal como o Procurador deverão se identificar, exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4.4.4. Sendo A **PROCURAÇÃO PARTICULAR, DEVERÁ TER FIRMA RECONHECIDA** e estar acompanhada do documento comprobatório dos poderes do outorgante (ato constitutivo/deliberativo da pessoa jurídica - contrato social onde se possa identificar o ADMINISTRADOR), **que deverá ser apresentado no momento do credenciamento.**

4.4.5. **Deverá ser apresentada DECLARAÇÃO, conforme modelo do Anexo IV, no ato do CREDENCIAMENTO, declarando que, na licitante - Pessoa Jurídica - não participam, como sócio, gerente, diretores, cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau quaisquer membros ou servidores do Ministério Público.**

4.5. Os documentos citados no item 4.4 e respectivos subitens (originais ou cópias) deverão ser apresentados no início da sessão do pregão. No caso de cópias, deverão estar autenticadas por tabelião ou pelo Pregoeiro ou membro da sua equipe de apoio.

4.6. A não apresentação ou ainda a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá a participação da licitante no presente certame.

4.7. O representante poderá ser substituído a qualquer momento por outro devidamente credenciado.

4.8. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.



5. DA APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS E DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA DE PREÇO E HABILITAÇÃO

5.1. No dia, hora e local designados neste edital, na presença dos interessados ou de seus representantes, devidamente credenciados, em sessão pública, o Pregoeiro, que dirigirá os trabalhos, receberá os documentos abaixo relacionados, que serão registrados em ata, bem como os nomes dos licitantes presentes:

5.1.1. DECLARAÇÃO de cumprimento dos requisitos de habilitação, SEPARADA DE QUALQUER DOS ENVELOPES exigidos no subitem abaixo, dando ciência de que atende às condições do presente certame, conforme Modelo, constante do Anexo II deste edital;

5.1.2. Envelopes separados, contendo a documentação exigida para Proposta de Preço (Envelope “A”) e Habilitação (Envelope “B”), devidamente fechados.

5.2. Aberta a sessão, não mais serão admitidos novos licitantes.

5.3. Os documentos relativos a proposta de preço e a habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, rubricados no fecho e identificados com o nome do licitante, o número e objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos ("Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação"), na forma das alíneas “a” e “b” a seguir:

1. Envelope contendo os documentos relativos à proposta de preço:

À PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO -COPLI
PREGÃO PRESENCIAL 046/2012/MP/PB

LICITANTE: _____
ENVELOPE “A” (PROPOSTA DE PREÇO)

b) Envelope contendo os documentos de habilitação:

À PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO -COPLI
PREGÃO PRESENCIAL 046/2012/MP

LICITANTE: _____
ENVELOPE “B” (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO)

5.4. Não será admitida a remessa dos envelopes “A” e “B”- proposta de preço e habilitação, por via postal.

5.5. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial. No caso de



cópias, serão aceitas desde que acompanhadas dos originais para conferência, na sessão, pelo Pregoeiro ou por sua equipe de apoio.

5.6. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preço.

5.7. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente.

5.8. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

5.9. O número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, indicado nos documentos da proposta de preço e da habilitação deverá ser o mesmo do estabelecimento que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação.

5.10. A não-entrega da Declaração exigida no subitem 5.1.1 deste edital implicará não-recebimento, por parte do Pregoeiro, dos envelopes contendo a documentação da proposta de preço e de habilitação e, portanto, a não aceitação do licitante no certame.

5.11. Após a apresentação da proposta, não mais caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6. DA APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DA PROPOSTA COMERCIAL (ENVELOPE “A”)

6.1. Os interessados deverão apresentar as suas propostas em envelope lacrado, identificado como Envelope “A”, conforme especificado no item 5.3, alínea “a”.

6.2. A proposta deverá ser apresentada em 01 (uma) via datilografada/digitada, com a identificação da razão social, endereço e CNPJ da proponente, o preço unitário e total do item ofertado, bem como os valores totais para cada lote, dentro dos quais deverão estar incluídas todas as despesas incidentes, inclusive frete, em moeda nacional, informando o tempo de garantia que não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, com a especificação do produto, prazo de entrega não superior a 30 (trinta) dias, estando a proposta, datada, rubricada(s) por representante legal, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, e deverá conter, além de outras informações de livre disposição, as seguintes informações:

a) Designação do número desta licitação;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ N° 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2012**

b) **DECLARAR**, no corpo da proposta, que a sua validade não é inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua abertura. Na falta de tal informação, será considerado proposto o prazo citado nesta alínea;

c) **ANEXAR NA PROPOSTA DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO DE PARTICIPAÇÃO, CONFORME MODELO;**

d) **DECLARAR**, no corpo da proposta, ou em escrito à parte, que, nos preços mantidos na proposta escrita e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros de quaisquer natureza, que se fizerem indispensáveis à perfeita aquisição do objeto da licitação. A Procuradoria Geral de Justiça não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de custos não considerados na proposta feita pelo licitante sobre os preços cotados;

e) **DECLARAR**, no corpo da proposta, ou em escrito à parte que não possui como sócio, gerente e diretores os membros ou servidores do Ministério Público, e ainda, cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau (Anexo IV).

f) NO CASO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE deverão apresentar, PARA SE IDENTIFICAR no certame e usufruir o tratamento diferenciado estabelecido pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar 123/06). **DECLARAÇÃO, conforme modelo do Anexo III** ou apresentar cópia da Certidão Simplificada do seu enquadramento como ME ou EPP junto a Junta Comercial do Estado da licitante proponente, **DATADA DE 2012.**

f.1) A DECLARAÇÃO deverá ser assinada pelo sócio administrador (identificado no instrumento contratual) ou pelo titular, no caso de firma individual, sendo admitida declaração emitida por preposto ou procurador, DESDE QUE POSSUA PODERES EXPRESSOS NA CARTA DE PREPOSIÇÃO OU NA PROCURAÇÃO PARA FIRMAR DECLARAÇÃO OU CONTRATO, com a apresentação do respectivo documento procuratório ou carta, observando-se as exigências do subitem 4.4.2. deste edital.

f.2) A licitante que optar pela apresentação da declaração, caso seja vencedora, fica no **dever de apresentar**, no ato de assinatura da ARP, a Certidão Simplificada do seu enquadramento como ME ou EPP junto a Junta Comercial do Estado, DATADA DO ANO DE 2012.

g) **DECLARAR**, no corpo da proposta, ou em escrito à parte, que os equipamentos possuem assistência técnica na região, num raio de até 180 km (cento e oitenta quilômetros) da capital paraibana.



6.3. Fica vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos.

6.4. A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste edital.

6.5. Ficam vedadas:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada a outra empresa;
- b) a cessão ou transferência total ou parcial do objeto do contrato.

7. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE “B”

7.1. As licitantes deverão apresentar no envelope “B” - Documentos de Habilitação, que demonstram atendimento às exigências indicadas neste item.

7.2. Serão aceitas as certidões, em original, obtidas pela Internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-as às verificações, caso necessário.

7.3. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- c) Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.4. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (**FIG**) do domicílio ou a sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;



- c) Prova de inscrição no Cadastro Municipal (**Alvará**), relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda **Estadual e Federal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.5. DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo - **Anexo I**.

7.6. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou publicação em órgão de imprensa oficial. No caso de apresentação de cópias, deverão ser autenticadas por tabelião ou apresentados os respectivos originais para conferência pelo pregoeiro ou por membro da equipe de apoio, na sessão.

8. DA SESSÃO - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1. No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o representante legal ou seu procurador proceder ao respectivo credenciamento, se for o caso, **COMPROVANDO, possuir os necessários poderes para formulação de propostas verbais (lances)** e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

8.2. Aberta a sessão, o representante legal ou seu procurador entregará ao Pregoeiro, declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme estabelece a Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, além de 02 (dois) envelopes separados, contendo em um deles a proposta de preços e em outro a documentação de habilitação.

8.3. O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes "A", contendo as propostas, que deverão ser rubricadas por ele e membros da equipe de apoio, conferindo-as quanto à validade e cumprimento das exigências contidas no edital, sendo classificadas as propostas dos licitantes de menor preço e aquelas que tenham apresentado propostas



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ N° 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2012**

em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente às de menor preço, para o lote licitado.

8.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, serão classificadas as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que os licitantes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas.

8.5. Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes. Os lances verbais serão feitos para o preço de cada lote até o encerramento do julgamento deste.

8.6. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentarem lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

8.7 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.8. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, do valor total do lote, e inferior à proposta de menor preço.

8.9. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

8.10. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao objeto e valores, decidindo motivadamente a respeito.

8.11. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação - " B"- do licitante que a tiver formulado para confirmação das suas condições habilitatórias.

8.11.1. Na apreciação e no julgamento das propostas não serão consideradas quaisquer ofertas ou vantagens não previstas neste instrumento, nem serão permitidas ofertas baseadas nas propostas das demais licitantes, obrigando-se o licitante a executar as condições da proposta apresentada.

8.12. Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o(s) lote(s)/objeto do certame.

8.13. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ N° 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2012**

aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o(s) lote(s)/objeto do certame.

8.13.1. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências e requisitos estabelecidos neste edital ou imponham condições;
- b) apresentem valores manifestamente excessivos ou manifestamente inexequíveis;
- c) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o julgamento.

8.14. Nas situações previstas nos incisos 8.9., 8.10., e 8.13, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.15. O(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es) deverá(ão) apresentar ao Pregoeiro, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após o encerramento do pregão, se for necessário e solicitado, amostra dos produtos e nova proposta escrita acompanhada de nova planilha de preços atualizada contendo a distribuição proporcional, nos itens dos lotes (quando for o caso), do percentual de redução obtido nos valores finais dos lotes ofertados na sessão de licitação, após os lances e negociação, observando o disposto no inciso 6.2, em conformidade com o anexo deste edital e de acordo com o correspondente lote adjudicado.

8.16. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, membros da Equipe de Apoio e licitantes presentes.

8.17. As omissões irrelevantes não ensejarão a desclassificação do licitantes vencedor, salvo se causarem prejuízo à Administração ou lesarem direitos dos demais proponentes.

9. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO COM A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

9.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, **desde que devidamente registradas e enquadradas** no Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, como ME ou EPP, terão tratamento diferenciado e favorecido no certame, conforme dispõe a Lei Complementar Federal N.º 123 de 14 de dezembro de 2006.

9.2. QUALIFICAÇÃO PRÉVIA DAS ME E EPP - Para USUFRUIR DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO, AS LICITANTES DEVERÃO IDENTIFICAR-SE NO



CERTAME como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no dia da sessão de credenciamento e recebimento dos envelopes, através da **DECLARAÇÃO**, com modelo constante neste edital (Anexo III) ou com apresentação da Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado da licitante, **DATADA DE 2012.**

9.3. O documento de que trata o subitem anterior **deverá ser anexado junto à documentação do credenciamento, para participação do certame, ou, facultativamente, junto à proposta.**

9.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte gozarão dos seguintes tratamentos diferenciados e favorecidos:

9.4.1. A comprovação de regularidade fiscal só será exigida, para efeitos de assinatura da Ata de Registro de Preços;

9.4.2. As licitantes ME ou EPP **DEVERÃO APRESENTAR, obrigatoriamente, TODA A DOCUMENTAÇÃO** exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição:

9.4.2.1. **As MEs e EPPs não podem deixar de apresentar nenhuma documentação** exigida no ato convocatório, seja qual for, **sob pena de ser inabilitada.**

9.4.3. Havendo alguma restrição, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positiva com efeito de certidão negativa;

9.4.4. A não-regularização, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas no artigo 81 da Lei N.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes ou revogar a licitação;

9.4.5. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

9.4.6. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresa e Empresa de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço;

9.4.7. Ocorrendo empate, a ME ou EPP mais bem classificada, será convocada, para, querendo, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ N° 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2012**

9.4.8. Havendo mais de uma ME ou EPP e não ocorrendo oferta na forma da letra anterior, serão convocadas as remanescentes, na ordem de classificação, que por ventura se enquadrem na hipótese da letra “f”, para o exercício do mesmo direito;

9.4.9. Na hipótese de valores equivalentes apresentados pelas ME ou EPP que estejam no intervalo do item “9.4.6.”, será realizado sorteio para identificar aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta;

9.4.10. Quando a melhor oferta apresentada for de uma ME ou EPP não haverá empate na forma descrita no item “9.4.6.”;

9.4.11. Não havendo apresentação de novas propostas por parte de ME e EPP o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta vencedora apresentada;

9.4.12. É obrigatória a presença de um representante da licitante credenciado para o exercício do direito a apresentar nova proposta, na forma da LC 123/06, sob pena de preclusão;

9.4.13. O enquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte será exigida para o dia da sessão de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação, devendo permanecer, no mínimo, até a assinatura da Ata de Registro de Preços ou a notificação para entrega do objeto, neste caso de se tratar de entrega imediata.

10. DA HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

10.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao vencedor, sendo posteriormente submetido à Autoridade competente, para a homologação.

10.2. Após a adjudicação do objeto e a homologação do resultado do certame, o licitante vencedor será convidado, mediante notificação expedida para o seu representante credenciado ou em sua falta remetida para o endereço constante na proposta, para apresentar a Certidão Simplificada do seu Enquadramento como ME ou EPP, se for o caso, **DATADA DE 2012**, e a retirar o instrumento contratual respectivo e a restituí-lo devidamente assinado por seu representante legal, **com firma reconhecida, consoante estabelecido em seus atos constitutivos**, observado para esse efeito **o prazo de 02 (dois) dias úteis**, contados a partir do recebimento da notificação. A administração poderá utilizar qualquer meio disponível para a notificação.

10.3. É facultado ao CONTRATANTE, quando a convocada não comparecer no prazo estipulado no subitem anterior e/ou não apresentar situação regular e a Certidão do enquadramento no ato da assinatura do contrato ou, ainda, recusar-se, injustificadamente, a assinar o Contrato, convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no anexo - instrumento contratual, observado o disposto nos subitens 8.13 e 8.14.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ N° 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2012**

10.4. A contratação pretendida deverá ser executada em estrita conformidade com as prescrições deste edital e seus anexos, que são dele partes integrantes e inseparáveis.

10.5. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação da contratação objeto deste certame com empresas que venha a contratar empregados que sejam cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau de membros ou servidores do Ministério Público.

11. DAS SANÇÕES

11.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, cometer qualquer dos itens abaixo relacionados sofrerá as sanções descritas em lei, além das previstas neste edital:

- 11.1.1 Recusar-se injustificadamente a entregar o bem ofertado;
- 11.1.2. Apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública;
- 11.1.3. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 11.1.4. Ensejar o retardamento da entrega do objeto;
- 11.1.5. Não manter a proposta apresentada;
- 11.1.6. Falhar ou fraudar a entrega do objeto;
- 11.1.7 Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.8. Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa;
- 11.1.9. Dentre outras faltas não previstas neste instrumento, mas que prejudiquem o objeto deste.

11.2 Ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SIREF ou sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficando ainda sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor global da proposta, devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na minuta de contrato, em anexo, e das demais cominações legais.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da contratação do objeto desta licitação correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 5046.4216.0000.339039 e 5046.4216.0000.449052

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA RETENÇÃO



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ N° 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2012**

13.1. O pagamento será feito em até 05 (cinco) dias úteis, após entrega dos itens e respectiva apresentação da Nota Fiscal/Fatura ELETRÔNICA, correspondente à aquisição do objeto pelo preço final vencedor, devidamente atestada, por servidores do Departamento de Material e Patrimônio, verificada a emissão da Nota de Empenho, observando-se as condições de recebimento do objeto e a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório.

13.2. Haverá retenção do recolhimento da alíquota de 1,5% (um vírgula cinco por cento), sobre o valor correspondente ao pagamento, fatura, em face ao que dispõe a Lei Estadual nº 9.335/2011, alterada pela Medida Provisória nº 171/2011, c/c a Lei Estadual nº 7.947/2006, nos termos do Decreto Estadual nº 32.086/2011.

14. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

14.1. Os equipamentos deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho.

14.2. Todos os equipamentos deverão ser entregues no Departamento de Material e Patrimônio do Ministério Público da Paraíba, para o devido tombamento, localizado na Rua Treze de Maio, 677, Centro, João Pessoa, Paraíba, de segunda-feira à quinta-feira, das 08 às 12 horas, das 14 às 17 horas, e, nas sextas-feiras, das 08 às 11 horas, acompanhados das respectivas Notas Fiscais originais, em nome do Ministério Público da Paraíba.

14.3. O recebimento provisório será dado pelo Departamento de Material e Patrimônio, após conferência entre os itens entregues, a Nota Fiscal, a proposta da CONTRATADA e o presente Termo de Referência, a fim de liberá-los para a devida instalação nas Promotorias de Justiça de Mamanguape.

14.4. Caberá ao CONTRATANTE o transporte dos equipamentos já tomados aos locais onde serão instalados, para que a CONTRATADA possa providenciar, dentro do prazo estabelecido no item 14.6. a devida instalação.

14.5. O recebimento definitivo somente se dará após a instalação de todos os equipamentos e realização de testes, para se garantir o pleno funcionamento do sistema de sonorização e de projeção visual.

14.6. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias, após o recebimento provisório dos equipamentos, para instalar todos os equipamentos nas Promotorias de Justiça das Comarcas de de Mamanguape.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ N° 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2012**

14.7. A CONTRATADA, verificando algum defeito de funcionamento nos equipamentos, deverá informar à Diretoria Administrativa do MPPB, através de seu Departamento de Serviços Gerais, a necessidade de substituir o(s) item(ns) defeituosos.

14.8. Ocorrendo o previsto no item anterior, o Departamento de Material e Patrimônio adotará as providências necessárias para que a CONTRATADA retire o(s) item(ns) defeituoso(s), e providencie novo(s) para substituir o(s) anterior(es). Em nenhuma hipótese, será aceito que seja procedido o conserto do equipamento e sua devolução. Mas, deverá ser providenciado novo(s) item(ns) para substituir o(s) defeituoso(s).

14.9. No caso de necessidade de substituição, o prazo para entrega dos equipamentos será de 10 (dez) dias corridos, e mais 05 (cinco) dias corridos, para sua devida instalação.

15. DA REVOGAÇÃO E OU ANULAÇÃO DO CERTAME

15.1. A Administração, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar a qualquer momento o presente procedimento, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, mediante despacho fundamentado.

15.2. A anulação do procedimento licitatório induz à do instrumento contratual.

15.3. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação do procedimento licitatório.

16. DOS RECURSOS

16.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

16.2. O acolhimento de recurso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.3. A petição poderá ser feita na sessão, e se oral, será reduzida a termo em Ata.

16.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ N° 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2012**

16.5. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

16.6. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será notificado para entrega os equipamentos no prazo definido neste edital.

17. DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo pregoeiro ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e, subsidiariamente, as disposições de Lei n° 8.666/93.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.2. Reserva-se ao pregoeiro e aos técnicos da Procuradoria o direito de solicitar, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares.

18.3. No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a data da abertura desta licitação;
- b) alterada as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

18.4. Não se permitirá a qualquer dos licitantes solicitar a retirada de envelopes ou cancelamento de propostas após a sua entrega.

18.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

18.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

18.7. Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I - Declaração (inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal);
- b) Anexo II - Declaração (inciso VII do art. 4° Lei 10.520 de 17/07/2002);
- c) Anexo III - Declaração para ME e EPP;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ N° 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2012**

- d) Anexo IV - Declaração exigida no item 2.3.4. deste Edital;
- e) Anexo V – Declaração negativa de fatos impeditivos de participação;
- f) Anexo VI - Termo de Referência;
- g) Anexo VII – Minuta de Contrato.

João Pessoa, setembro de 2012

**FRANCISCO DE ASSIS MARTINS JUNIOR
PREGOEIRO OFICIAL**



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ N° 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2012

ANEXO I

PREGÃO N° 046/2012/PGJMP

DECLARAÇÃO

(Razão Social do LICITANTE), inscrita no CNPJ sob o N.º _____, sediada na (endereço completo)____, declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui, em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

João Pessoa-PB, ____ de _____ de 2012.

(Nome e assinatura do Declarante)



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ N° 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2012

ANEXO II

PREGÃO N° 046/2012/PGJMP

DECLARAÇÃO

_____ (Razão Social do LICITANTE) _____, inscrita no CNPJ sob o N.º _____, sediada na _____ (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso VII, do artigo 4º da Lei n° 10.520 de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constante do subitem 7.0 do presente edital.

João Pessoa, ____ de _____ de 2012.

(Nome e assinatura do Declarante)

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue no ato do Credenciamento



ANEXO III

PREGÃO N° 046/2012/PGJMP

Modelo de Declaração, apenas, para empresas enquadradas na Junta Comercial do seu Estado como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

DECLARAÇÃO

(nome do administrador ou representante, este no caso de firma individual).

CPF N.º____, residente na (Rua; Avenida, Bairro e Estado), **DECLARA**, para os devidos fins, sob as penas da lei, que a Empresa (razão social da empresa) se encontra devidamente **registrada e enquadrada** na Junta Comercial do Estado (citar Estado) como sendo uma (microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme caso), e que atende aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, cumprindo aos requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, estando apta a usufruir do benefício e tratamento diferenciado previsto na lei, bem como, **DECLARA** que não se inclui em nenhum das situações do § 4º do artigo 3º do mesmo diploma legal, além de outros previstos em leis e normas regulamentares que o impossibilite de usufruir do tratamento diferenciado e favorecido ditado pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Local de data

ATENÇÃO

Ass. do administrador contratual ou pelo titular

* Observe as condições para a assinatura da declaração: (A DECLARAÇÃO deverá ser assinada pelo sócio administrador (identificado no instrumento contratual) ou pelo titular, no caso de firma individual, sendo admitida declaração emitida por preposto ou procurador, DESDE QUE POSSUA PODERES EXPRESSOS NA CARTA DE PREPOSIÇÃO OU NA PROCURAÇÃO PARA FIRMAR DECLARAÇÃO OU CONTRATO, com a apresentação do respectivo documento procuratório ou carta, observando-se as exigências do subitem 4.5 deste edital.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ N° 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2012

ANEXO IV

PREGÃO N° 046/2012/PGJMP

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que em nossos quadros não participam como sócio, gerente, diretores quaisquer membros ou servidores do Ministério Público, e ainda, cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.

Local e Data

Ass. do administrador contratual ou pelo titular

CPF.: _____

RG.: _____



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ N° 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2012

ANEXO V

PREGÃO N° 046/2012/PGJMP

(MODELO)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE
E IMPEDITIVOS DE PARTICIPAÇÃO

DECLARAÇÃO

..... (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº, com sede à, declara, para efeito de participação no processo licitatório em epígrafe, do Ministério Público do Estado da Paraíba, e conforme disposto no art. 34, §2º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, até a presente data, **inexistem fatos impeditivos de participação em procedimentos licitatórios**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

A presente declaração é feita sob as penas da lei.

(local e data)

(carimbo e assinatura do representante legal da licitante)



ANEXO VI

PREGÃO N° 046/2012/PGJMP

TERMO DE REFERÊNCIA
Especificações Mínimas

1. OBJETO:

O presente termo de referência apresenta as especificações técnicas mínimas para a aquisição de equipamentos áudio-visuais, para João Pessoa, Promotoria de Justiça de Esperança, Jacaraú e Mamanguape, devendo os destinados a Promotoria de Mamanguape serem devidamente instalados.

2. JUSTIFICATIVA

A presente aquisição se justifica devido à necessidade de se dotar as Promotorias de Justiça das Comarcas de Esperança, Jacaraú e Mamanguape com equipamentos audiovisuais, que possibilitem realização de audiências e outros eventos, para o bom desenvolvimento das atividades ministeriais.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS

3.1. A CONTRATADA deverá utilizar os acessos e tubulações já existentes para passar os cabos necessários à instalação dos equipamentos.

3.2. A empresa interessada poderá comparecer ao local onde serão instalados os equipamentos audiovisual, a fim de conhecer o local previamente à apresentação de suas propostas.

3.2.1. As visitas de inspeção do local, poderão ser efetuadas em dias úteis, dentro dos seguintes horários: de 2ª a 6ª feira, das 8 às 12 horas.

3.3. O fornecimento dos acessórios necessários à instalação será de responsabilidade do CONTRATANTE.

3.4. Os serviços de instalação deverão ser realizados por funcionários da Contratada, que deverão se apresentar devidamente identificados, com uniformes da empresa e portando crachás;

3.5. A Contratada deverá obedecer e fazer cumprir as normas de segurança do trabalho, inclusive regulamentos internos do MPPB;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ Nº 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2012

3.6. A Contratada substituirá a qualquer momento, por motivos técnicos ou disciplinares, quaisquer funcionários na execução dos serviços;

3.7. O pagamento somente será efetuado à CONTRATADA, pelos equipamentos e por sua respectiva instalação, após todo o sistema estar em pleno funcionamento, sem faltar nenhum equipamento ou teste.

3.8. Nos preços cobrados pela CONTRATADA referente aos equipamentos e aos serviços de instalação, deverão estar incluídas todas as despesas com cabos profissional de áudio 2x1,50mm siliconado, fios, tubulações, seguros, uniformes, salários, encargos sociais, impostos e todos os demais benefícios e despesas diretas e/ou indiretas, correspondentes ao perfeito cumprimento dos serviços de instalação;

3.9. A CONTRATADA assumirá responsabilidade integral e exclusiva pela qualidade dos equipamentos e instalação dos mesmos;

3.10. A CONTRATADA deverá realizar treinamento dos operadores dos sistemas, mostrando-lhes tudo que for necessário à operação deles.

4. DA ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ÁUDIO-VISUAIS DOS SISTEMAS

4.1. Serão adquiridos os seguintes equipamentos em seus quantitativos

Lote	Qtd.	DESCRIÇÃO DOS ITENS	Localidade
1	2	Caixa de som profissional ativa Amplificada com 200 W de potência RMS, contendo entrada USB para MP3; equalizador gráfico de 05 (cinco) bandas; falante de 15"; entradas para linha e microfone com ajustes de ganho independente; potência RMS: 200W@4 Ohms; potência de Programação musical: 400W@4 Ohms; impedância de 4 Ohms; resposta de frequência 70Hz a 20KHz e sensibilidade de 1W@1m: 98dB	Esperança Jacaraú
2	1	Extensor IR para o Projetor; bloco de conexão para interface de repetidores e emissores de IR, dispondo de 03 (três) entradas e de 06 (seis) saídas; deverá vir acompanhado da respectiva fonte de alimentação regulada com entrada 110/220 V – 1A.	Esperança
3	4	Headphone profissional com Microfone flexível e ajustável, com material de alta qualidade, revestimento em couro, na cor preta, confortável, totalmente ajustável e com controle de volume. Fones auriculares e alça com almofadas ultramacias. Cabo com comprimento mínimo de 01 metro, peso total máximo líquido de 150 g; tamanho da haste do microfone : entre 130mm e 160mm; com frequência 20Hz-20KHz; impedância de 32 Ohm; maximum power input 100mw; sencitivity 105db S.P.L.at 1KHz+/-2%; plugging 3.5mm Stereo Length of cable 2.5m. Microfone com frequência de 16Hz-20KHz; impedância de 2.0K Ohm; maximum power input 0.4ma	João Pessoa



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ N° 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2012

4	3	Headphone profissional, flexível e ajustável, sem Microfone , com material de alta qualidade, revestimento em couro, na cor preta, confortável, totalmente ajustável e com controle de volume. Fones auriculares e alça com almofadas ultramacias. Largura entre 14,5 cm e 16,5cm; altura entre 17,5 cm e 18,5cm; profundidade: 6,7 cm; peso entre 0,120 kg e 0,140 kg. Som com sistema acústico fechado; com ímã do tipo neodímio; bobina de voz CCAW; resposta em frequência: 15 - 24.000 Hz; impedância: 32 ohm; potência máxima de entrada: 100 mW; sensibilidade: 107 dB; diâmetro da caixa acústica: 40 mm.	João Pessoa
5	1	Lift para projetor com tecnologia que permita seu acionamento por sensor de corrente digital; controle remoto com infravermelho; interruptor comum (contato seco); tensão de 5 a 12 v; extensor de IR; tomada elétrica interna para conexão do projetor; saída de 12 volts para acionamento de telas de projeção ou outros dispositivos; laterais fechadas sem mostrar o projetor nem os cabos; pintura eletrostática; atende a todos os projetores DLP e LCD	João Pessoa
6	3	Microfone com fio profissional, com as seguintes características mínimas: Microfone com base para mesa e suporte flexível com cápsula de condensador saída XLR, com alta sensibilidade; padrão polar unidirecional; elemento condensador de eletreto voltar; resposta de frequência: 60Hz-16kHz; sensibilidade:-37dB ± 3dB (0dB = 1V/Pa em 1kHz); impedância de saída: 200Ω ± 30% (a 1kHz); alimentação: 9-52V DC; 2pcs da bateria AA 1.5V; comprimento da Haste entre 35 e 45 cm; altura do conjunto (Haste+Base+Espuma) entre 41 e 51 cm; peso entre 01 e 1,5 kg, acompanhado de 02 pilhas tipo AA 1,5 VDC, 01 (um) cabo com 06 (seis) metros XLR para P10 e 01 (uma) esponja para ponta do microfone; 01 (um) cabo balanceado XLR que possibilite o funcionamento da alimentação Phantom Power.	Esperança Jacaraú João Pessoa
7	4	Microfone sem fio, com as seguintes características mínimas: tecnologia de controle sintetizado PLL com 48 (quarenta e oito) canais UHF selecionáveis; tela de informações em LCD; duplo circuito de operação de atenuação (Squelch) de ruídos; conector embutido de entrada/saída; faixa de frequência UHF: 460 ~ 970 MHz; cápsula unidirecional do tipo dinâmico; a distância operacional deverá atingir até 100m, quando com o uso da antena; sensibilidade RF: -105 dBm(S/N -12 dB); saída de energia RF: 10 mW; impedância (body-pack) entrada: 1MΩ; impedância (receptor): 50Ω (nível da antena) /3Ω (nível do microfone); microfone: 50 x 50 x 50mm; receptor: 220 x 150 x 41; body pack 83 x 67 x 25 mm	Esperança Jacaraú
8	1	Projetor 2800 ansi lumens com tecnologia LCD que permite alto contraste de 3000:1; peso entre 2,5 a 3,5 Kg; porta USB para possibilitar realização de apresentações direto do Pen Drive; distância de projeção mínima de 0,8 – 10m; com tecnologia LCD; resolução SVGA (800x600).	Esperança
9	1	Projetor 3500 ansi lumens com tecnologia LCD que permite alto contraste de 2000:1 e com 3500 ansi lumens; placa de rede 10/100 RJ45 para uso não residencial; lâmpada com duração de no mínimo 4.000 horas; peso entre 2,5 a 3,5 Kg; entrada HDMI; porta USB para possibilitar realização de apresentações direto do Pen Drive.	João Pessoa



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ Nº 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2012

10	1	<p>Sistema de Som Portátil, contendo as seguintes especificações:</p> <p>CAIXAS ACÚSTICAS -2 (DUAS) caixas acústicas com falantes de 10";</p> <p>-MIXER -Mixer de 5 canais com 450 Watts; -3 canais mic/line; -1 canal mic/estéreo line; -1 canal aux.in/out estéreo; -Controle giratório do processador de efeitos; -EQ de 2 bandas (treble,bass); -Controle de volume (faber); -EQ gráfico de 5 bandas c/ feedback detection; -Processador de efeitos com 16 programas; -Controle de volume máster (fader); -Saídas para caixas 1/4"; -Dois coolers para resfriamento; -chave de seleção 110/220v;</p> <p>-ACESSÓRIOS -2 tripés para as caixas acústicas; -Acompanha 1 microfone; -Acompanha cabos para ligações; -1 XLR/XLR para conexão do microfone; -2 1/4"/1/4" para conexão das caixas acústicas; -1 cabo de força para ligação da corrente elétrica;</p> <p>CASE -Case em material ABS resistente; -Compartimentos para armazenamento dos cabos microfones e tripés; -4 travas laterais para maior segurança; -rodas para transporte; -Alça retrátil para transporte.</p>	João Pessoa
Lote 11	1	<p>ITEM 1 - Amplificador de potencia 550W, com as seguintes características mínimas: slim line design com dimensões e peso reduzidos compatíveis com as seguintes potências 1 UR X 7,80 Kg X 550 W RMS; Áudio amplificador de potência com classe AB de amplificação e fonte linear com transformador toroidal; componentes convencionais; 02 canais de potência com saída para 4W e 8W; túnel dissipador dispendo de turbo ventilação; fonte de alimentação linear com transformado toroidal; conectores de saída de potência tipo bornes; entradas balanceadas e desbalanceadas com tomadas XLR; tomada de "send" do sinal XLR balanceadas e desbalanceadas; sistemas de proteção contra alta temperatura e overload, detector de clipa-</p>	Mamanguape



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ Nº 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2012

		gens; sinal que alerte sobre o sinal chegar à saída do amplificador de potência.	
Lote 11	1	ITEM 2 - Amplificador de potência 1125 W RMS; slim line; dimensões e peso com dimensões e peso reduzidos compatíveis com as seguintes potências 2 UR X 12,10 Kg X 1.125 W RMS; componentes convencionais; 02 (dois) canais de potência com saída para 4W e 8W; túnel dissipador dispondo de turbo ventilação; fonte de alimentação linear com transformado toroidal; conectores de saída de potência tipo bornes; entradas balanceadas e desbalanceadas com tomadas paralelas XLR e P10 1;4" TRS; chave seletora para 03 (três) níveis de sensibilidade de entrada +10dB/+4dB/0dB; áudio amplificador de potência com classe AB de amplificação e fonte linear com transformador toroidal; tomada de "send" do sinal XLR e P10 (1/4" TRS) - em paralelo balanceadas e desbalanceadas; sistemas de proteção contra alta temperatura e overload, detector de clipagens; sinal que alerte sobre o sinal chegar à saída do amplificador de potência.	Mamanguape
	4	ITEM 3 - Caixa acústica para gesso; sistema de desacoplamento acústico pelo contato pontual entre Baffle e Frame; Ressonance Control Ribs; Padronagem imitando "costelas" criteriosamente dimensionadas para reforço estrutural; Frequency Response 60 a 20kHz ± 3 dB; Nominal Impedance 8 Ohms; Potência da caixa 160W; Sensibilidade (eficiência) 88 dB; Tela Protetora Aluminium; Corte no forro de aproximadamente 25,6 x 25,6cm; Peso aproximado: 2,5Kg.	Mamanguape
	2	ITEM 4 - Caixas Acústicas com as seguintes características mínimas: tweeter Nautilus; flowport; falante de médios/graves em fibra de Kevlar; sistema de caixa ventilada de 2 vias de 4ª ordem; unidades: 1 x Cone de alta frequência de 1", 1 x Cone de médio/grave de 5"; Gama de Frequências: -6dB a 49Hz e 50kHz; resposta de frequências: 55Hz – 22kHz ± 3dB no eixo de referência; dispersão: dentro de 2dB no eixo de referência; Horizontal: sobre um arco de 60º; vertical: sobre um arco de 10º; distorção harmônica: 2ª e 3ª harmônicas (90dB, 1m) <1% 100Hz – 22kHz; impedância nominal: 8 ohms; frequência de crossover: 4,5kHz; potência: 100W contínuo de 8ohm; sem corte; Dimensões: altura entre 600 e 700 mm; largura entre 160 e 200 mm; profundidade entre 100 e 120mm	Mamanguape
	1	ITEM 5 - Lift para projetor com tecnologia que permita seu acionamento por sensor de corrente digital; controle remoto com infravermelho; interruptor comum (contato seco); tensão de 5 a 12 v; extensor de IR; tomada elétrica interna para conexão do projetor; saída de 12 volts para acionamento de telas de projeção ou outros dispositivos; laterais fechadas sem mostrar o projetor nem os cabos; pintura eletrostática; atende a todos os projetores DLP e LCD	Mamanguape
	1	ITEM 6 - Medusa dispondo de 12 (doze) vias com 10 (dez) metros de multicabo SAS; 12 (doze) de vias, 12 (doze) conectores XLR fêmea; painéis niquelados e 12 (doze) conectores XLR macho, toda a linha niquelada.	Mamanguape
	1	ITEM 7 - Mesa Analógica contendo 16 (dezesesseis) canais, sendo:	Mamanguape



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ Nº 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2012

		<ul style="list-style-type: none">• 8 canais mono e 4 pares estéreo);• 10 canais para microfone com phantom power.• 6 canais com compressor.• Processador de Efeitos SPX integrado, com 16 programas• Equalizador de canal de 3 faixas, e filtro de graves (High-passFilter).• Mandada auxiliar para efeitos.• Monitoração de intensidade sonora visualmente com medidores brilhantes.• Knob de ganho nos 10 primeiros canais.• Chaves de Mute por canal.• Saídas "Stereo", "Control Room", "Monitor", e "Headphone".• Distorção Harmônica Total: Menor que 0.1%• Resposta de Frequência: 0, +1.0, -3dB 20Hz-20kHz• Alimentação: 110/220V com adaptador fornecido• Peso aproximado: 5.5kg• Acessórios: Manual do usuário e Adaptador AC	
Lote 11	1	ITEM 8 - Microfone com fio profissional, com as seguintes características mínimas: Microfone com base para mesa e suporte flexível com cápsula de condensador saída XLR, com alta sensibilidade; padrão polar unidirecional; elemento condensador de eletreto voltar; resposta de frequência: 60Hz-16kHz; sensibilidade:-37dB ± 3dB (0dB = 1V/Pa em 1kHz); impedância de saída: 200Ω ± 30% (a 1kHz); alimentação: 9-52V DC; 2pcs da bateria AA 1.5V; comprimento da Haste entre 35 e 45 cm; altura do conjunto (Haste+Base+Espuma) entre 41 e 51 cm; peso entre 01 e 1,5 kg, acompanhado de 02 pilhas tipo AA 1,5 VDC, 01 (um) cabo com 06 (seis) metros XLR para P10 e 01 (uma) esponja para ponta do microfone; 01 (um) cabo balanceado XLR que possibilite o funcionamento da alimentação Phantom Power.	Mamanguape
	2	ITEM 9 - Microfone sem fio, com as seguintes características mínimas: tecnologia de controle sintetizado PLL com 48 (quarenta e oito) canais UHF selecionáveis; tela de informações em LCD; duplo circuito de operação de atenuação (Squelch) de ruídos; conector embutido de entrada/saída; faixa de frequência UHF: 460 ~ 970 MHz; cápsula unidirecional do tipo dinâmico; a distância operacional deverá atingir até 100m, quando com o uso da antena; sensibilidade RF: -105 dBm(S/N -12 dB); saída de energia RF: 10 mW; impedância (body-pack) entrada: 1MΩ; impedância (receptor): 50Ω (nível da antena) /3Ω (nível do microfone); microfone: 50 x 50 x 50mm; receptor: 220 x 150 x 41; body pack 83 x 67 x 25 mm	Mamanguape
	1	ITEM 10 - Pannel para conexão, perfilado metálico com pintura branca ou preta, com conexões: VGA, HDMI, AC, RCA e P2.	Mamanguape
	1	ITEM 11 - Projetor 2800 ansi lumens com tecnologia LCD que permite alto contraste de 3000:1; peso entre 2,5 a 3,5 Kg; porta USB para possibilitar realização de apresentações direto do Pen Drive; distância de projeção mínima de 0,8 – 10m; com tecnologia LCD; resolução SVGA (800x600).	Mamanguape



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ N° 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2012

Lote 11	1	ITEM 12 - Splitter VGA 1/2 com vídeo buffering, com tensão de alimentação: 110/220 volts 60Hz; consumo: 2,2 Watts; temperatura de operação: 0 C° a 40 C°; peso líquido entre 700 e 900 kg; peso bruto entre 900 e 1100 kg; dimensões: 165 x 214 x 55 cm (Comprimento x largura x Altura); gabinete em ABS; 01 (uma) entrada VGA/WXGA RGB 0,7 Vpp, 75 ohms; 01 (uma) saída para ligação do monitor local RGB 0,7 Vpp, 75 ohms; 03 (três) saídas amplificadas/equalizadas; 01 (uma) saída para extensão de 20 a 50 metros; 01 (uma) saída para extensão de 60 a 80 metros; 01 (uma)+C19 saída para extensão de 90 a 100 metros; todos os conectores DB 15 HD padrão VGA para entradas e saídas.	Mamanguape
	1	ITEM 13 - Tela elétrica de 106" + moldura para embutir no gesso, com as seguintes características mínimas: sistema de motor tubular com proteção térmica; estrutura em alumínio e pintura eletrostática na cor branca; peças estruturais em plástico industrial de alta resistência; case de alumínio 7,9x7,9cm; protetor térmico; tensão 127/220 volts automático; consumo de 110 wats; películas: Matte White (Branco fosco) - ganho 1.0, acompanhado do kit completo de instalação e kit completo de acionamento: Sensor de corrente digital, controle remoto (infra vermelho), tensão de 5 a 12 volts, interrupto comum (contato seco).	Mamanguape
	1	ITEM 14 - Serviços de montagem, de instalação, configuração e programação do sistema de áudio e vídeo, com fornecimento dos materiais necessários à instalação, como fios, conectores, extensões, adaptadores, além de treinamento de operadores dos sistemas.	Mamanguape

5. DO ACOMPANHAMENTO DA INSTALAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

5.1. A execução dos serviços de instalação será acompanhada por servidor indicado pelo Departamento de Serviços Gerais, que promoverá o acompanhamento e a fiscalização da sua execução e do respectivo prazo.

5.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização dos serviços deverão ser solicitadas ao Diretor Administrativo desta Instituição, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

6. DOS PRAZOS DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS E DA SUA INSTALAÇÃO

6.1. Os equipamentos deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho.

6.2. Todos os equipamentos deverão ser entregues no Departamento de Material e Patrimônio do Ministério Público da Paraíba, para o devido tombamento, localizado na Rua Treze de Maio, 677, Centro, João Pessoa, Paraíba, de segunda-feira à quinta-feira, das 08 às 12 horas, das 14 às 17 horas, e, nas sextas-feiras, das 08 às 11 horas, acompanhados das respectivas Notas Fiscais originais, em nome do Ministério Público da Paraíba.

6.3. O recebimento provisório será dado pelo Departamento de Material e Patrimônio, após conferência entre os itens entregues, a Nota Fiscal, a proposta da CONTRATADA e o presente



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ N° 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2012**

Termo de Referência, a fim de liberá-los para a devida instalação nas Promotorias de Justiça de Mamanguape.

6.4. Caberá ao CONTRATANTE o transporte dos equipamentos já tomados aos locais onde serão instalados, para que a CONTRATADA possa providenciar, dentro do prazo estabelecido no item 6.6. deste termo, a devida instalação.

6.5. O recebimento definitivo somente se dará após a instalação de todos os equipamentos e realização de testes, para se garantir o pleno funcionamento do sistema de sonorização e de projeção visual.

6.6. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias, após o recebimento provisório dos equipamentos, para instalar todos os equipamentos nas Promotorias de Justiça das Comarcas de de Mamanguape.

6.7. A CONTRATADA, verificando algum defeito de funcionamento nos equipamentos, deverá informar à Diretoria Administrativa do MPPB, através de seu Departamento de Serviços Gerais, a necessidade de substituir o(s) item(ns) defeituosos.

6.8. Ocorrendo o previsto no item anterior, o Departamento de Material e Patrimônio adotará as providências necessárias para que a CONTRATADA retire o(s) item(ns) defeituoso(s), e providencie novo(s) para substituir o(s) anterior(es). Em nenhuma hipótese, será aceito que seja procedido o conserto do equipamento e sua devolução. Mas, deverá ser providenciado novo(s) item(ns) para substituir o(s) defeituoso(s).

6.9. No caso de necessidade de substituição, o prazo para entrega dos equipamentos será de 10 (dez) dias corridos, e mais 05 (cinco) dias corridos, para sua devida instalação.

7. DA GARANTIA

7.1. A garantia dos equipamentos, pelos respectivos fabricantes será de, no mínimo, 12 (doze) meses.

7.1.1. A garantia dos serviços de instalação e funcionamento dos sistemas será de, no mínimo, 06 (seis) meses.

7.1.2. Os equipamentos poderão ser nacionais ou importados, porém possuir assistência técnica na região, num raio de até 180 km (cento e oitenta quilômetros) da capital paraibana.

**OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO
Procurador-Geral de Justiça**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ N° 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2012**

ANEXO VII – Edital

PREGÃO N° 046/2012/PGJMP

CONTRATO N°

CONTRATO N° ___/2012, DE
QUE ENTRE SI FAZEM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA E A
EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA – PGJ, entidade de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.284.001/0001-80, com sede em João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, à Rua Rodrigues de Aquino, SN, Centro, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Dr. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO, brasileiro, casado, Promotor de Justiça, residente e domiciliado nesta cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, portador do CPF nº, e a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede à Av./Rua, nesta capital, representada pelo(a) Sr. (a), sócio, brasileiro, casado, residente e domiciliado à, nesta Capital, portador(a) do RG sob nº e do CPF nº....., doravante denominado simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar este CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, o qual decorre de Processo Licitatório PGJ nº 2012/13066, Modalidade Pregão Presencial nº 46/2012, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada no estado pelo Decreto Estadual nº 24.649/2003, aplicando-se no que couber o Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, alterado pelos Decretos nºs 3.693, de 20 de dezembro de 2000, e 3.784, de 06 de abril de 2001, e pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, subsidiariamente, as quais as partes se sujeitam, inclusive para os casos omissos, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a contratação de aquisição de equipamentos áudio-visuais, com instalação e garantia, todo em conformidade com o que consta no Termo de Referência e proposta vencedora.



CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS E DA SUA INSTALAÇÃO

Os equipamentos deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todos os equipamentos deverão ser entregues no Departamento de Material e Patrimônio do Ministério Público da Paraíba, para o devido tombamento, localizado na Rua Treze de Maio, 677, Centro, João Pessoa, Paraíba, de segunda-feira à quinta-feira, das 08 às 12 horas, das 14 às 17 horas, e, nas sextas-feiras, das 08 às 11 horas, acompanhados das respectivas Notas Fiscais originais, em nome do Ministério Público da Paraíba.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O recebimento provisório será dado pelo Departamento de Material e Patrimônio, após conferência entre os itens entregues, a Nota Fiscal, a proposta da CONTRATADA e o presente Termo de Referência, a fim de liberá-los para a devida instalação nas Promotorias de Justiça de Mamanguape.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caberá ao CONTRATANTE o transporte dos equipamentos já tomados aos locais onde serão instalados, para que a CONTRATADA possa providenciar, dentro do prazo estabelecido, a devida instalação.

PARÁGRAFO QUARTO - O recebimento definitivo somente se dará após a instalação de todos os equipamentos e realização de testes, para se garantir o pleno funcionamento do sistema de sonorização e de projeção visual.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias, após o recebimento provisório dos equipamentos, para instalar todos os equipamentos nas Promotorias de Justiça das Comarcas de de Mamanguape.

PARÁGRAFO SEXTO - A CONTRATADA, verificando algum defeito de funcionamento nos equipamentos, deverá informar à Diretoria Administrativa do MPPB, através de seu Departamento de Serviços Gerais, a necessidade de substituir o(s) item(ns) defeituosos.

PARÁGRAFO SÉTIMO -. Ocorrendo o previsto no item anterior, o Departamento de Material e Patrimônio adotará as providências necessárias para que a CONTRATADA retire o(s) item(ns) defeituoso(s), e providencie novo(s) para substituir o(s) anterior(es). Em nenhuma hipótese, será aceito que seja procedido o conserto do equipamento e sua devolução. Mas, deverá ser providenciado novo(s) item(ns) para substituir o(s) defeituoso(s).

PARÁGRAFO OITAVO - No caso de necessidade de substituição, o prazo para entrega dos equipamentos será de 10 (dez) dias corridos, e mais 05 (cinco) dias corridos, para sua devida instalação.



CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA

A garantia dos equipamentos, pelos respectivos fabricantes será de, no mínimo, 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO ÚNICO - A garantia dos serviços de instalação e funcionamento dos sistemas será de, no mínimo, 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

Pela aquisição, serviço de montagem e garantia, objeto deste Contrato, a **Contratante** pagará à **Contratada** o **valor total global de R\$** (reais), não se admitindo qualquer reajuste sobre os valores originais propostos e vencedores.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA RETENÇÃO

O pagamento será feito em até 05 (cinco) dias úteis, após entrega dos itens e respectiva apresentação da Nota Fiscal/Fatura ELETRÔNICA, correspondente à aquisição do objeto pelo preço final vencedor, devidamente atestada, por servidores do Departamento de Material e Patrimônio, verificada a emissão da Nota de Empenho, observando-se as condições de recebimento do objeto e a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária ou outro meio estabelecido pelas partes, no prazo do caput.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O não pagamento na forma estabelecida no parágrafo anterior, desde que a contratada não tenda contribuído ou provocado de alguma forma, serão devidos encargo moratórios pela contratante em favor da contratada , no percentual de 2% correspondente a multa, acrescido de 1% de juros ao mês.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Haverá retenção do recolhimento da alíquota de 1,5% (um vírgula cinco por cento), sobre o valor correspondente ao pagamento, fatura, em face ao que dispõe a Lei Estadual nº 9.335/2011, alterada pela Medida Provisória nº 171/2011, c/c a Lei Estadual nº 7.947/2006, nos termos do Decreto Estadual nº 32.086/2011.

PARÁGRAFO QUARTO - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação administrativa, contratual, financeira ou fiscal que lhe for imposta por força legal ou contratual, inclusive, em virtude de penalidade ou inadimplência sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços, correção monetária ou compensação financeira.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ N° 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2012**

PARÁGRAFO QUINTO – Caso o fornecedor seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte SIMPLES, quando será verificado por servidor da Diretoria de Finanças do Ministério Público, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

PARÁGRAFO SEXTO – O pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).

PARÁGRAFO SÉTIMO - O valor do Contrato será fixo e irrevogável durante o período de vigência, salvo disposições em contrário.

PARÁGRAFO OITVO – Não haverá pagamento durante o prazo de garantia, somente sendo devido valores correspondentes à execução dos serviços e durante o prazo de execução.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de publicação do extrato contratual na forma da Lei nº 8.666/93, em face ao prazo de garantia.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo máximo para execução total contratada, com montagem definitiva, será de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data de assinatura do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente do presente contrato, correrá por conta da funcional programática:

CLÁUSULA NONA – DAS ATRIBUIÇÕES DA CONTRATANTE

Além daquelas estabelecidas no Termo de Referência que integram a presente cláusula, independentemente de transcrição, obriga-se a contratante a:

- 1) efetuar o pagamento nas condições e preços ajustados;
- 2) garantir o acesso ao local onde serão executados os serviços, estabelecendo normas e procedimentos;
- 3) atentar para que durante a vigência da relação contratual, sejam mantidas todas as condições de qualificação exigidas na licitação, bem assim a sua compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada;

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ Nº 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2012**

São obrigações da contratada, além das previstas no Termo de Referência e proposta vencedora, que integram o presente instrumento e cláusula, independentemente de transcrição, cumprir as seguintes obrigações:

- 1 – Assumir total responsabilidade pela execução contratada, obedecendo ao que dispõe a proposta apresentada, projeto termo de referência, edital do pregão e observando as seguintes obrigações;
- 2 – A prestação dos serviços na forma estabelecida no Termo de Referência;
- 3 – Responsabilizar-se pela venda e serviço de instalação e fornecimento da documentação exigida;
- 4 – Entregar e montar os móveis definitivamente no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato;
- 5 - empregar mão-de-obra especializada e capacitada na execução dos serviços de fabricação e instalação;
- 6- Arcar com todas as despesas com seus funcionários, fornecendo todo o maquinário necessário;
- 6 - manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas na licitação;
- 7 - não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia e expressa autorização do Ministério Público;
- 8 – A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato. O caso de supressão acima do limite ora estabelecido somente poderá ser efetivado mediante acordo entre as partes, o qual será efetuado mediante Termo Aditivo;
- 9 - responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto do contrato, ficando o Contratante isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.
- 10- responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da Contratante por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus profissionais;
- 11- não caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira sem prévia e expressa autorização da contratante, sob pena de rescisão;
- 12 – entregar o objeto contratado atendendo a todas as exigências de normas técnicas exigidas, com a qualidade definida e das certificações constante no Termo de Referência.
- 13 – oferecer assistência técnica na cidade de João Pessoa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com as penas estabelecidas.

PARAGRAFO ÚNICO - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, sem prejuízo das penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ Nº 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2012**

A Contratante poderá rescindir o presente contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses dos arts. 78, incisos I a XII e 79, da Lei n. 8.666/93, sem que caiba à Contratada qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstraram cabíveis em processo administrativo regular.

PARAGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos dos processos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARAGRAFO SEGUNDO - A Contratada reconhece os direitos do Contratante de rescindir o presente contrato, mediante notificação por ofício entregue diretamente ou pela via postal, com prova de recebimento, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em caso de rescisão administrativas nesta cláusula;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOCUMENTAÇÃO

Integram este instrumento, como se nele estivessem transcritos, obedecidos os termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

- a) o edital pertinente ao Pregão nº 046/2012 e seus anexos (Termo de Referência e anexos);
- b) proposta da CONTRATADA;
- c) ata da sessão da licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

Ocorrendo inadimplemento na execução total ou parcial do avençado, bem como o descumprimento de obrigações durante o prazo de garantia, a Contratada ficará sujeita a penalidades, garantida a prévia defesa em regular Processo Administrativo, a ser conduzido pelo órgão de Administração do Contratante, salvo justificativas expressas aceitas pelo Contratante, a saber:

1 – advertência, que será aplicada de notificação por meio de ofício mediante contra-recibo do representante legal da contratada, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa contratada apresente justificativas para o atraso na execução, que só serão aceitas mediante crivo da Administração, sendo, facultativamente e a critério da autoridade superior administrativa, aplicada multa de 1% ao dia de atraso, até o máximo de 10 dias.

2 – multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, por inexecução parcial ou atraso superior a 10 (dez) dias e de 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato por inexecução total ou rescisão por culpa da contratada, que terá caráter disciplinador do processo de licitação, cujo não pagamento poderá ensejar cobrança judicial e impedimento para contratar com a Administração pelo período de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

3 – as sanções previstas no item 1 desta e no parágrafo segundo desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do item 2, facultada defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

4 – demais sanções previstas na Seção II, capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, no que couber;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ N° 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2012**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – os valores resultantes da aplicação das multas previstas serão descontados de eventuais pagamentos devidos à Contratada, ou cobrados pela via administrativa, ou, ainda, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa, devendo ser recolhido no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação e na forma da legislação aplicável.

PARÁGRAFO SEGUNDO – ficará impedida de licitar e de contratar com o Ministério Público do Estado da Paraíba, pelo prazo de até 02 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, que ensejar retardamento da execução do objeto contratado por prazo superior a 20(vinte) dias, sem prejuízo da multa estabelecida.

PARÁGRAFO SEGUNDO – ficará impedida de licitar e de contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade à vencedora, ora contratado, que não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução dos serviços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal e/ou descumprir obrigações durante o prazo de garantia.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Além do não cumprimento do prazo de execução, a pena de advertência, prevista nesta cláusula será aplicada nas seguintes hipóteses:

- 1- deixar de atender o chamado da contratante, durante o prazo de garantia, pelo prazo superior a 02 (dois) dias.
- 2- deixar de substituir os móveis e material defeituoso no prazo superior a 10 (dez) dias, depois de notificada e durante o prazo de garantia.
- 3- deixar de recuperar os móveis e material no prazo superior a 10 (dez) dias, depois de notificada e durante o prazo de garantia.

PARÁGRAFO QUARTO – a pena de 50% de multa prevista no item 2 desta cláusula será aplicada também nas seguintes hipóteses:

- 1- Advertências reiteradas;
- 2- quando o dobro dos prazos dos itens 1; 2 e 3 forem ultrapassados para o cumprimento de suas obrigações, durante o prazo de garantia.

PARÁGRAFO QUINTO – Os prazos estabelecidos nos parágrafos terceiro e quarto poderá ser aumentado, após justificativa dá impossibilidade do cumprimento escrita apresentada pela contratada, sujeita a deferimento pela Diretora Administrativa da contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ N° 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2012**

responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente, pela Diretoria de Tecnologia ou por outros prepostos especialmente designados pela Contratante.

PARÁGRAFO ÚNICO – o representante da Administração anotarà em registro próprio todas ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, indicando ainda as penalidades cabíveis.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

Em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento será publicado no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- I) a Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato;
- II) O presente contrato poderá ser alterado de comum acordo entre as partes, através de termo aditivo, na forma da legislação.
- III) Não será admitida, em nenhuma hipótese, a subcontratação objeto deste contrato
- IV) é vedado à Contratada caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes do presente contrato, fica eleito o foro da Comarca de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E assim, por estarem justas e acordes, assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que se produzam os necessários efeitos legais.

João Pessoa (PB) _____ de _____ de 2012.

Procurador-Geral de Justiça
CONTRATANTE

CONTRATADA



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PGJ N° 2012/13066
PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2012

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF

2. _____
CPF